

ARGUMENTAÇÃO, PREMISSAS E PROMESSAS NA ENTREVISTA DE UM CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ARGUMENTATION, ASSUMPTIONS AND PROMISES IN A INTERVIEW WITH A PRESIDENTIAL CANDIDATE

Aline Torres Sousa Carvalho*

Pollyanna Júnia Fernandes Maia Reis**

RESUMO: Este artigo objetiva analisar alguns aspectos da argumentação em uma entrevista concedida por José Serra à Revista Veja, em sua última candidatura à presidência, em 2010. Utiliza como referencial teórico as propostas de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), e tem como metodologia revisão bibliográfica e análise de excertos da entrevista, enfatizando os aspectos do ponto de partida da argumentação, que envolvem os acordos, a escolha e a apresentação dos dados. É possível perceber que, por meio de estratégias discursivas, o candidato e também a revista traçaram, a partir de fatos e valores aceitos pelos eleitores brasileiros, um perfil favorável ao candidato.

PALAVRAS-CHAVE: argumentação, entrevista, candidato à presidência

ABSTRACT: This paper aims to analyze some aspects of argumentation in an interview with presidential candidate José Serra to *Veja Magazine* in 2010. The proposals of Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) are used as theoretical reference in this paper. The methodologies used are the literature review and the interview snippets analysis, which emphasizes the starting points of argumentation, involves agreements, choice and data presentation. It is possible to notice that presidential candidate José Serra and the magazine draw him a favorable profile through discursive strategies based on facts and values accepted by Brazilian people.

KEYWORDS: argumentation, interview, presidential candidate.

* Doutoranda em Estudos Linguísticos do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais. alinetorres_letras@yahoo.com.br.

** Doutoranda em Estudos Linguísticos do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais. pollyana.letras@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Por meio da linguagem os seres humanos realizam ações de diferentes tipos, expressam opiniões e sentimentos, contam fatos, dão informações, de modo que todo enunciado possua um objetivo. Todo enunciado, no processo de interação social, exerce, de maneira consciente ou não, algum tipo de influência no outro. Conforme Amossy (2007), mesmo a fala que não tem como objetivo influenciar deixa no outro algum modo de pensar e de ver.

Mas, em alguns casos, há mais que esse caráter de influência da língua; há características específicas em discursos falados ou escritos que os tornam discursos argumentativos, no sentido de terem como objetivo convencer o(s) interlocutor(es) a acreditar(em) em uma tese, em uma proposição, a realizar(em) uma ação. Tais discursos estão, desde a Antiguidade, presentes em diferentes âmbitos da esfera social, tanto no cotidiano dos sujeitos, quanto na política, na religião, nas ciências, na publicidade, entre outros campos. E sobre esses discursos se voltam os estudos da Argumentação.

É na esteira desses estudos que se localiza este trabalho, que objetiva analisar, a partir do referencial teórico proposto por Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), alguns pontos da argumentação em uma entrevista concedida por José Serra, então candidato à presidência, à Revista Veja, de 23/06/2010 (edição 2170, ano 43, nº 25). Nessa análise, serão enfatizados aspectos do ponto de partida da argumentação, que envolvem os acordos, a escolha e a apresentação dos dados. Para tanto, o trabalho se divide em mais quatro

seções: 1. Os estudos da argumentação: a *Nova Retórica*; 2. O auditório; 3. Entre o orador e o auditório: os acordos; e 4. Análise. Essas seções conduzem às considerações finais.

Na primeira seção, apresentaremos os fundamentos básicos da proposta de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), em seu *Tratado da Argumentação*, no qual se destacam, dentre outros, o orador, auditório e os acordos que devem ser estabelecidos entre eles, em uma argumentação. De tal modo, na segunda seção, discorreremos sobre o auditório, que corresponde ao público alvo do orador; na terceira seção, explicitaremos os objetos de acordo, segundo a *Nova Retórica* e analisá-lo-emos, na entrevista de José Serra, na quarta seção.

OS ESTUDOS DA ARGUMENTAÇÃO: A NOVA RETÓRICA

A preocupação com a argumentação teve origem na tradição greco-romana, sendo Aristóteles, com a *Retórica*, o principal precursor dessa linha de pensamento. Os estudos da retórica têm como objetivo elaborar discursos capazes de persuadir, de convencer o auditório por meio da palavra. Para tanto, Aristóteles desenvolveu os raciocínios dialéticos, nos quais o orador, para persuadir, utiliza argumentos que, a partir do que já é aceito pelo público, acrescentam-lhe nova ideia, uma nova tese.

Para Aristóteles, em uma argumentação é necessária a existência de três elementos: a pessoa que fala, a pessoa com quem se fala e o assunto a ser falado. Nas articulações desses três elementos, os discursos são divididos em três gêneros: judicial, deliberativo

e epidíctico. O discurso judicial corresponde àquele que ocorre em um tribunal, onde há uma defesa ou uma acusação; o deliberativo ocorre em uma assembleia, na qual há uma dissuasão, uma deliberação; enquanto o discurso epidíctico consiste em um elogio ou em uma censura. Em cada um dos gêneros, o orador possui objetivos específicos, respectivamente: pleitear o justo, aconselhar o útil e ocupar-se do que é feio e do que é belo (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996).

Nessa esteira de pensamento, a retórica propõe a existência de três categorias de provas que podem ser utilizadas para a persuasão (GIL, 2004, p.72): a) as provas relacionadas ao *Ethos* (à imagem do orador, ao seu caráter); b) as provas relacionadas ao *Logos* (baseadas no próprio conteúdo do discurso); c) as provas relacionadas ao *Pathos* (às emoções, às paixões suscitadas no auditório).

Na contemporaneidade, os estudos da argumentação foram retomados por Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) na obra intitulada *Tratado da Argumentação. A Nova Retórica*. Conforme os autores, o objetivo da argumentação é “(...) provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento” (p. 50). Assim, uma argumentação compreende um sujeito argumentante, que tem uma proposição sobre o mundo, e que objetiva, por meio de estratégias, fazer crer tal proposição a um sujeito alvo. Uma argumentação efetiva deve levar a adesão de um auditório no que concerne a um modo de pensar, a uma ideia, de modo que leve o interlocutor à ação pretendida, ou que o torne penoso a essa ação.

A primeira preocupação de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), em sua obra, é contrapor a argumentação à demonstração. Para demonstrar uma proposição, é suficiente explicitar os procedimentos por meio dos quais se chega a essa expressão como final de uma sequência dedutiva constituída por elementos criados por quem construiu o sistema axiomático da demonstração. Não interessam, pois, a origem, a veracidade nem a natureza desses elementos. Em uma argumentação, ao contrário, é fundamental considerar as condições psíquicas e sociais, a partir das quais se efetiva, pelo contato intelectual, o processo de argumentação. A argumentação efetiva ocorre a partir do contexto social e histórico no qual os sujeitos (argumentante e alvos da argumentação) são inseridos.

Retomando a tradição aristotélica, os autores da *Nova Retórica* afirmam que para que ocorra a argumentação, é condição básica, além de uma linguagem em comum, o interesse pela adesão dos espíritos, ou seja, o orador deve ter interesse em persuadir seu interlocutor, deve se ocupar em elaborar os argumentos concernentes para tanto. Não é sempre, pois, que uma argumentação é desenvolvida. Diante de uma argumentação, o argumentante pode se retirar do processo, já que “(...) nem sempre é louvável querer persuadir alguém” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 19). Interessar-se pelo espírito do interlocutor pressupõe compartilhar com ele valores, estabelecer uma interação, o que nem sempre aquele que argumenta está disposto, por seus próprios princípios, a fazer.

O AUDITÓRIO

O sujeito alvo, ou os sujeitos alvos, da argumentação é (são) denominado(s) auditório, e o interesse na adesão de seu espírito à tese proposta pelo orador faz com que esse elemento, o auditório, seja, para os autores da *Nova Retórica*, o cerne da argumentação. Conforme essa perspectiva teórica, nem mesmo nas ciências exatas é necessário apenas demonstrar, ou seja, os fatos não são suficientes para convencer. É preciso, sempre, despertar nos ouvintes o interesse, a atenção.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) afirmam que, por outro lado, para tomar a palavra e ser ouvido, é necessário ter alguma qualidade, dependendo da situação, é preciso ser autorizado para tanto. Essa característica do processo de argumentação também é explicitada por Charaudeau (2008), para quem o sujeito é regulado pela situação de comunicação e, nessa situação, organiza suas estratégias para finalizar seu projeto de fala. Ou seja, são nas condições de produção dos discursos que se desenvolvem as qualidades necessárias para autorizar um sujeito a argumentar. E, nessas mesmas condições de produção, o sujeito argumentante busca modos de prender a atenção do interlocutor.

Um orador, diante de um auditório a quem se deseja influenciar, constrói, para esse auditório, uma imagem, a qual deve se adaptar para que a argumentação seja efetiva. Para tanto, o orador se envolve em uma busca de conhecimento do auditório, identificando seu perfil psicológico ou sociológico. A partir deste conhecimento, seleciona os argumentos adequados aos seus propósitos e ao perfil do(s) interlocutor(es).

O orador (que corresponde ao locutor das ciências da linguagem) visa a conseguir a aprovação de um público (ou interlocutor) do qual ele deve levar em conta as premissas; ele deve apostar em seu saber enciclopédico, suas crenças e seus valores compartilhados a fim de transferir às conclusões o acordo concedido às premissas. É, portanto, em função do público que o locutor desenvolve suas estratégias argumentativas (AMOSSY, 2001, p. 129).

Desse modo, é o auditório que determina as características da argumentação, o tipo de informações, de dados e de raciocínios utilizados pelo orador para convencê-lo e persuadi-lo. É importante salientar que, para Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), há uma diferença entre convencer e persuadir. “Para quem se preocupa com o resultado, persuadir é mais do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação” (p. 30). Convencer é um dos caminhos para a persuasão, é a utilização de raciocínios fundamentados em premissas e em provas objetivas, para levar o auditório a realizar (ou a deixar de realizar) uma determinada ação, ou, senão, ao menos estar disposto a tanto. Assim, em uma campanha eleitoral, por exemplo, o candidato utiliza o raciocínio, partindo do que é consensual entre ele e os interlocutores, para levá-los a ação de votar nele. Há, nesse processo, o ato de convencer, racionalmente, e o ato de despertar, no auditório, uma paixão, um sentimento que o leve à ação.

O auditório é subdividido em três tipos: i) o universal, formado potencialmente por todos os seres humanos; ii) o particular,

formado pelo interlocutor a quem se dirige especificamente em um diálogo e iii) o auditório formado pelo próprio sujeito, quando alguém delibera sobre suas próprias atitudes, sobre si mesmo (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996).

ENTRE O ORADOR E O AUDITÓRIO: OS ACORDOS

Para que haja a comunhão entre os espíritos do auditório e do orador, é necessário que a argumentação tenha como ponto de partida teses ou premissas conhecidas e aceitas pelo auditório. Assim, o processo argumentativo parte do que já é dado, do que é consensual entre os sujeitos para, a partir de então, levá-los à conclusão de uma ideia nova. Desse modo, tão importante quanto o desenvolvimento do raciocínio é o ponto de partida, que abrange a escolha e a organização das premissas. E “(...) tanto o desenvolvimento quanto o ponto de partida da argumentação pressupõem um acordo do auditório” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 73). A partir dos acordos estabelecidos na apresentação das premissas, o auditório estará ou não predisposto à aceitação da tese estabelecida pelo orador.

Os autores da *Nova Retórica* propõem que os objetos dos acordos, ou seja, os objetos que podem causar a adesão ou crença, podem ser classificados em duas categorias: os objetos de acordo pertencentes ao real, que correspondem aos fatos, às verdades e às presunções; e os pertencentes ao preferível, que correspondem aos valores, às hierarquias e aos lugares do preferível. Os objetos de acordo relativos ao real, por sua natureza,

pretendem a adesão de um auditório universal. Os objetos de acordo relacionados ao preferível visam a um auditório particular, a grupos específicos. Cada auditório define que tipos de premissas podem ser utilizados pelo orador e os acordos realmente aceitos não são discutidos, são subentendidos.

Os fatos são objetos de acordo que se referem a uma realidade objetiva e que, diante de um auditório, possibilitem estabelecer um acordo universal, sem controvérsias. Se questionado pelo auditório, ou se o auditório for ampliado, o fato perde seu caráter, seu estatuto de fato. As verdades são as relações entre os fatos precisos, utilizadas comumente em teorias científicas ou concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência. As presunções, diferentemente dos fatos e das verdades, são objetos que se baseiam no real, mas que se situam no campo da normalidade e da verossimilhança, podendo não ser um acontecimento objetivo, preciso.

Os objetos de acordos relacionados ao preferível não são fundamentados na realidade objetiva, mas a pontos de vista de determinados auditórios. Os valores são objetos, seres ou ideais que exercem alguma influência sobre o auditório, levando-o à ação ou à disposição à ação. Podem ser concretos, se vinculados a um objeto particular, a um ente vivo ou a um grupo específico; ou abstratos, tais como os comportamentos, as virtudes (a justiça, o bem, por exemplo). O auditório concebe esses valores a partir de hierarquias, que normalmente são implícitas. Conforme Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), em uma argumentação, as hierarquias existentes entre os valores em um auditório são mais

importantes que os próprios valores, pois há diferentes intensidades de adesão a determinados valores, o que determinará a escolha das teses ou premissas do orador. Os lugares são premissas gerais que fundamentam os valores e as hierarquias e são subdivididos em lugares: a) da quantidade, que consideram que mais é melhor; b) da qualidade, que remetem à singularidade do ser, em contraposição ao senso comum; c) da ordem, que consideram o anterior melhor que o posterior, d) da existência, que priorizam o real sobre o possível; e) da essência, que correspondem a um tipo ideal e f) da pessoa, que são relacionados aos méritos, aquilo que é da pessoa e não dos outros.

Na seção abaixo, serão analisados os acordos, propostos por Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), em uma entrevista de José Serra, então candidato à presidência da República, concedida à Revista *Veja*, em junho de 2010.

ANÁLISE

A entrevista é um gênero discursivo marcado pela troca de turno, pelo diálogo entre os interlocutores, de modo que um deles, o entrevistador, direciona perguntas ao outro, o entrevistado, e espera suas respostas. Desse modo, em uma entrevista, há de se pensar, a princípio, que o auditório do entrevistado é formado pelo entrevistador e o do entrevistador pelo entrevistado. Contudo, como essa entrevista é veiculada em um suporte midiático, pode-se considerar que há um auditório comum ao entrevistado e ao entrevistador. Trata-se de um auditório particular formado pelos eleitores brasileiros que

lêem a *Revista Veja*. Assim, é em função desse auditório que a *Veja* elabora suas perguntas e as direciona ao entrevistado, bem como, e principalmente, é pensando nos (e) leitores que o candidato José Serra responde a essas perguntas.

O auditório, conforme Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), é uma imagem construída pelo orador e a qual ele procura se adaptar. Em sua última campanha política, José Serra parece ter organizado seu discurso pensando nas propostas que, supostamente, os eleitores brasileiros gostariam de ouvir. Assim, a partir do conhecimento que possuía da realidade social do país, José Serra falou do combate à violência, à corrupção, citando exemplos concretos, como dados numéricos, mencionou planos para a educação e a economia, além de ter se posicionado a partir de valores como a honestidade e a justiça, tão caros aos eleitores em um país como o Brasil.

Há ainda de se destacar que as perguntas da revista também foram elencadas de acordo com o auditório, trazendo à tona temas relacionados aos problemas econômicos, políticos e sociais do país. O entrevistador dirigiu suas perguntas a José Serra, o que até permite considerar que o entrevistado é o auditório, mas visando convencer e persuadir os (e) leitores da revista. Esses foram, portanto, o auditório a quem a revista e o candidato buscaram a adesão.

O trecho transcrito abaixo corresponde à introdução da entrevista, escrita pela *Revista Veja*. Ao apresentar o candidato entrevistado, pode-se perceber que a revista provavelmente pretendeu criar uma imagem favorável a ele, argumentando em favor de

dar-lhe credibilidade. Conforme Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), para que uma argumentação seja efetiva, é preciso levar em conta, também, fatores como a credibilidade do locutor, sua simpatia pessoal, títulos, conhecimento do assunto, fluência verbal e empatia com o auditório.

(1) Serra: Nenhum outro político brasileiro tem no currículo uma vida pública como a de José Serra, 68 anos, candidato do PSDB à sucessão de Lula. Jovem, presidia a União Nacional dos Estudantes (UNE) quando veio o golpe de 64, que o levou ao exílio, expatriação que duraria até 1978. De volta ao Brasil com o diploma de economia no bolso, foi secretário do Planejamento, deputado constituinte, senador, ministro do Planejamento e da Saúde, prefeito e governador.

A argumentação da primeira frase dessa introdução baseia-se nas premissas de que é importante para um político ter uma vida pública favorável, que remete aos valores presentes na sociedade; e de que os políticos brasileiros normalmente não têm uma vida pública favorável, premissa que tem implícitos inúmeros fatos ocorridos na política brasileira. Em seguida, a revista cita a história de Serra, “(...) para tornar presente, apenas pela magia do seu verbo, o que está efetivamente ausente e que se considera importante para sua argumentação” (PERELMAN & OLBRECHTS, 1996, p. 132). Assim, a revista apresenta aos eleitores fatos da vida do candidato que são utilizados para conferir-lhe credibilidade. Na retomada dessa história, ao utilizar a palavra “jovem”, a revista parte da

premissa de que é importante para os jovens participarem politicamente na sociedade, o que remete a valores como autonomia, participação política, etc, e, ao citar a ligação de Serra a UNE, busca se adequar ao auditório composto pela esquerda, principalmente os jovens, os sindicalistas. Também o golpe de 64, o exílio e a expatriação, que são fatos ocorridos na vida de José Serra, são elementos que podem buscar a adesão da esquerda, além de identificar o candidato a valores como luta pelos direitos humanos, liberdade (de expressão), justiça, enfim, identificam-no a um perfil heroico. Em seguida, mencionam-se os cargos ocupados pelo candidato, que são fatos que geram títulos a ele e que, ao estarem agrupados neste enunciado, parecem ser uma premissa que ocupa o lugar da quantidade (quanto mais cargos o político tiver ocupado, melhor ele é).

Há, ainda, na introdução, a citação direta de um enunciado proferido por Serra na entrevista, o que dá papel de destaque a esse enunciado e busca criar um *ethos* de José Serra a partir desta fala, conforme abaixo:

(2). Veja: Sobre Dilma Roussef, ele diz: “Hoje me choca ver gente que sofreu sob a ditadura no Brasil cortejando ditadores que querem a bomba atômica, que encarceram, torturam e matam adversários políticos, fraudam eleições, perseguem a imprensa livre, manipulam e intervêm no Legislativo e no Judiciário. Isso é incompatível com a crença na democracia e o respeito aos direitos humanos”.

José Serra tenta criar um *ethos* favorável de si a partir da criação de um anti-*ethos* para

sua adversária Dilma Russef, o que pode ser visto em outros momentos da entrevista. E, neste parágrafo, quem assume a criação dos diferentes *ethos* é a revista. Na fala de José Serra há uma acusação a Dilma Russef, cuja ofensa parte da presunção de que “(...) a qualidade de um ato manifesta a da pessoa que o praticou” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 79), portanto, conforme a argumentação de Serra, se Dilma Russef comunga com essas pessoas, comunga com seus atos, logo, não é qualificada para assumir a presidência do país.

São transcritos, abaixo, excertos da entrevista, nos quais são identificados os acordos, as premissas, a partir dos quais é desenvolvida a argumentação de José Serra e da própria *Revista Veja*. Para uma melhor contextualização dos excertos analisados, a entrevista encontra-se, na íntegra, em anexo.

(3) Serra: (...) Por trás dos nomes na tela da urna eletrônica há a história, as propostas e a credibilidade de cada um. Minha obrigação é me apresentar aos brasileiros sem subestimar nem superestimar os demais. (...). É muito bom que os candidatos sejam diferentes entre si e também em relação aos presidentes que já deram sua contribuição ao Brasil. A beleza da vida está justamente em cada um ter seus próprios atributos.

Na fala acima, o candidato José Serra, quando diz que não subestima nem superestima os demais, deixa implícito que ele não é melhor nem pior que os concorrentes, e parte do valor de igualdade entre os seres humanos e, mais especificamente, entre os candidatos. Nesse caso, parece haver uma falácia, pois

em época de campanha política, não se pode esperar que um candidato à presidência se considere igual aos demais, uma vez que ele depende do *ethos* de maior capacidade entre os outros para conseguir a vitória. Em seguida, parte da premissa de que os candidatos são diferentes entre si, baseando-se nas diferentes propostas de Serra, Dilma e Marina, que são fatos expressos em diferentes discursos veiculados em diversos suportes midiáticos, e enaltecendo essas diferenças, em uma sociedade em que valorizar as diferenças é uma virtude, um valor. E, finalmente, parte da presunção de que a vida é bonita.

(4) Serra: (...) Isso não é honesto com o eleitor. É coisa de gente que rejeita a democracia.

Há, no argumento acima, as premissas de que os políticos devem ser honestos com os eleitores e de que a democracia deve ser respeitada. Ao proferir esse enunciado, o candidato parece querer convencer o eleitor de que, enquanto existem políticos desonestos, ele é um político honesto. O contexto social na qual essa entrevista se insere e os inúmeros casos de corrupção que surgem a cada dia mostram a necessidade desse valor, da honestidade, mas, de certo modo, diminuem a força desse argumento, uma vez que a corrupção recorrente pode até mesmo conferir à promessa de honestidade por parte um candidato um caráter falacioso.

(5) Veja: Por que para a democracia brasileira é tão positivo experimentar uma alternância de poder depois de oito anos de governo Lula?

Em (5), a pergunta feita a José Serra é, na verdade, uma afirmação. A *Revista Veja* afirma, implicitamente, que é tão positivo, até necessário, para a democracia brasileira experimentar uma alternância de poder, e o faz a partir da premissa de que o partido e, portanto, as propostas de governo de Serra, são diferentes do partido e das propostas de Lula.

(6) *Veja*: Como o senhor conseguiu governar a cidade e o estado de São Paulo sem nunca ter tido uma única derrota importante nas casas legislativas e sem que se tenha ouvido falar que lançou mão de “mensalões” ou outras formas de coerção sobre vereadores e deputados estaduais?

Mais uma vez, a pergunta de *Veja* é uma afirmação e faz um elogio a Serra. Para tanto, parte da premissa de que os prefeitos e governadores têm, com maior ou menor frequência, derrotas nas casas legislativas, que podem ser exemplificadas por vários em fatos; e de que há grande presença de mensalões na política brasileira, que também são fatos e que os vereadores e deputados estaduais sofrem coerções por parte de prefeitos, governadores, etc.

Em resposta à questão acima, Serra diz:

(7) Serra: (...) Em primeiro lugar, é preciso ter princípios firmes, não substituir a ética permanente pela conveniência do momento (...).

Há, nesse caso, a premissa de que os políticos têm desrespeitado a ética em função de seus interesses próprios, não respeitando os princípios. É uma premissa de valor, que

julga os fatos mencionados pela revista na pergunta. Ainda nessa mesma resposta, o candidato diz:

(8) Serra: (...) Todos os que conviveram comigo no Congresso sabem que minhas moedas de troca são o trabalho, a defesa de ideias e propostas, o empenho em persuadir os colegas de todos os partidos e regiões (...).

Em (8), o candidato parte da premissa de que existem “moedas de troca” no Congresso, bem como em outros ambientes de trabalho, ou seja, existem mecanismos legais e ilegais, formalizados ou não, que regulam, que orientam os privilégios, os direitos e deveres dos membros. E, como ele disse em (7) “(...) é preciso ter princípios firmes, não substituir a ética permanente pela conveniência do momento, suas moedas de troca são honestas e dignas”.

Ao ser questionado em relação à criação de um Ministério da Segurança Pública, José Serra responde:

(9) Serra: (...) O governo federal e o presidente, que é o chefe do governo, não podem mais fingir que o problema da segurança está equacionado. Não está”.

Há nesse caso as premissas de que há um problema de segurança e que o governo e o presidente não acreditam nesse problema. É, portanto, uma premissa baseada em fatos, dos quais ele cita um exemplo em seguida:

(10) Serra: (...) O Brasil não pode continuar a ter 50 000 homicídios por ano (...).

Em outro trecho, quando questionado sobre a reforma tributária, ele diz:

(11) Serra:(...) Além disso, restabeleceremos a neutralidade em relação à distribuição de recursos.

Nesse enunciado, José Serra tem como premissa a não neutralidade na distribuição de recursos, ou seja, a desigualdade nessa distribuição. O prefixo “re” em “restabeleceremos” remete à ideia de que essa distribuição já fora estabelecida outrora, o que, mais uma vez, pode tornar o argumento falacioso, uma vez que a história do país não permite concordar com essa concepção.

(12) Veja: Como seria a política econômica em um eventual governo Serra? Qual é o perfil ideal para o cargo de ministro da fazenda?

Em (12), o entrevistador parte da premissa de que há um perfil ideal para o cargo de ministro da fazenda, partindo do lugar da essência, pois esse perfil ideal corresponde aquele que “(...) encarna melhor um padrão, uma essência, uma função (...)” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 106).

(13) Serra: Uma taxa de juros menor é, aliás, condição para atrair mais investimentos privados destinados à infraestrutura, sem ter de dar os subsídios que hoje distorcem o processo.

Nesse enunciado, José Serra desenvolve seu argumento a partir dos fatos que têm ocorrido na economia do país: há altas taxas de juros, os investimentos privados destinados à infraestrutura são insuficientes e o governo dá subsídios à economia. Ainda

em relação ao Ministério da Fazenda, *Veja* pergunta:

(14) Veja: E o perfil do seu ministro da fazenda?

Ao reelaborar a pergunta, parte-se do lugar da essência para o lugar da existência. Ao perguntar sobre um perfil ideal e sobre um perfil do ministro de Serra, o entrevistador deixa implícito que esses perfis podem não ser correspondentes, ou seja, admite a possibilidade de haver um ideal de ministro que não seja preenchido por nenhum dos políticos. E, nesse ínterim, José Serra chega, no decorrer da entrevista, a definir um nome que, sob seu ponto de vista, ocuparia os dois lugares, da essência e da existência:

(15) José Serra: Olhe lá! Não estou fazendo nenhuma nomeação antecipada. Mas teria muitos exemplos. Um deles? O Armínio Fraga, como perfil. Sabe economia, é pragmático, não doutrinário.

Ao citar esse nome, José Serra argumenta partindo dos valores do conhecimento, do pragmatismo, ou seja, da praticidade, e contra ao valor da doutrina.

(16) Serra: (...) A saber, por que razão o Brasil tem a maior taxa real de juros do mundo, a maior carga tributária do mundo em desenvolvimento e é lanterna nas taxas de desenvolvimento governamental do planeta? Por que o suado dinheiro dos contribuintes brasileiros não está sendo bem aplicado em investimentos na infraestrutura econômica e social que garantam o crescimento sustentado da economia?

Ao proferir essa pergunta, José Serra faz uma crítica à situação atual da economia do Brasil, utilizando argumentos que partem das premissas de que o Brasil tem uma alta taxa de juros, que essa taxa é a maior do mundo; de que tem uma alta taxa de tributos, também apontada como a maior do mundo; e que, em relação aos demais países do planeta, tem uma das mais baixas taxas de desenvolvimento governamental. José Serra utiliza essas premissas como fatos, embora não tenha mencionado as fontes das informações, mas também remete ao lugar da quantidade para desqualificar o Brasil. Se, conforme Perelman & Olbrechts (1996), quanto mais, melhor, pode-se inferir que quanto menos, pior. Em seguida, utiliza a premissa de que o dinheiro dos trabalhadores é suado, ou seja, de que os brasileiros trabalham muito para ganhar seu (pouco) dinheiro, o que é um fato e também pode ser remetido aos valores da justiça, da honestidade, da igualdade social; e de que esse dinheiro não é bem aplicado em infraestrutura econômica e social. Há, ainda, a premissa de que a infraestrutura econômica e social garante o crescimento sustentado da economia.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como referencial teórico as propostas de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) que, a partir da *Retórica* de Aristóteles, trouxeram à tona os estudos argumentativos. No entanto, é preciso salientar que, ao lado dessa abordagem, encontramos outras, tais como os domínios de avaliação, de Charaudeau; o uso dos argumentos, de

Toulmin; a argumentação na língua, de Ducrot¹.

Essas teorias apenas mencionadas enfatizam, ao lado da *Nova Retórica*, como “(...) a retórica argumentativa parece gozar atualmente de um certo *renascimento*. (EMEDIATO, 2001, p. 176, grifo do autor). Nesse sentido, os estudos da Argumentação ocupam papel de destaque e são de grande importância em uma sociedade que tem a mídia como principal elemento criador e divulgador de teses, ideias, valores.

Na mídia e pela mídia, argumentos são criados e recriados, candidatos são lançados e perfis identitários (de oradores e de auditórios) são forjados e divulgados. Na entrevista analisada, muito embora este trabalho tenha se restringido aos acordos da argumentação, foi possível perceber como tanto José Serra como a própria *Revista Veja* argumentam em prol do candidato. Por meio de estratégias discursivas, a revista traçou, a partir do que é aceito pelos eleitores brasileiros, sobretudo de fatos e valores, um perfil positivo para o candidato, selecionando fatos de sua vida e interpretando esses fatos de modo a conferir credibilidade a José Serra.

O candidato, por sua vez, pôde, por meio da argumentação, se apresentar como a melhor opção para presidência naquele momento. Fatos que assolam a sociedade brasileira, tais como a corrupção, a violência e os problemas econômicos, serviram de

¹ Uma explicitação sistematizada de cada uma dessas abordagens está presente em EMEDIATO, W. *Retórica, argumentação e discurso*. In: MARI, H. et alli. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso-FALE/UFMG, 2001, p.157-177.

premissas para o desenvolvimento da argumentação de José Serra.

Há de se destacar, ainda, a estratégia de “ataque” à candidata Dilma Russef, organizada por José Serra e também pela *Veja*. Nessa estratégia, foram utilizadas acusações que tornaram presentes fatos ausentes, mas que, conforme proposto por Perelman & Olbrechts-Tyteca, (1996), não correspondem, necessariamente, ao real.

Não concerne aos objetivos deste trabalho investigar a veracidade dos fatos, nem mesmo realizar uma discussão política ou partidária — o que excederia nossos limites de espaço e de referencial teórico-metodológico. No entanto, devemos considerar que, passados cinco anos desde esta entrevista e duas vitórias da então candidata à presidência (e atual presidente do país), Dilma Russef, a conjuntura social, econômica e política do país é bastante diferente, sobretudo, em momento de crise.

Desse modo, diante de discursos e argumentações provenientes de diferentes lados, diante de fatos, promessas e premissas dos candidatos que se apresentaram ao eleitorado brasileiro nos últimos anos, os estudos da argumentação parecem-nos, mais do que nunca, necessários. Em se tratando de política, é preciso, na medida do possível, desvelar os argumentos, desvendar o que está por trás das cortinas.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. **Filologia e Língua Portuguesa**, n.9, p.121-146, 2007.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Tradução de Angela M. S. Correa & Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

EMEDIATO, W. Retórica, argumentação e discurso. In: MARI, H. et al. **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso-FALE/UFMG, 2001, p.157-177.

GIL, I. T. M. **Retórica e argumentação**: continuidade e rupturas. **MÁTESIS**, n.14, p. 69-79, 2005. Disponível em: http://z3950.crb.ucp.pt/biblioteca/Mathesis/Mat14/Mathesis14_69.pdf Acesso em 31/maio/2012.

PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA L. **Tratado da Argumentação**. A nova retórica. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Revista Veja <http://veja.abril.com.br/230610/ouvir-argumentar-decidir-p-019.shtml>. Acesso em 03/07/2012.

Recebido para publicação em 05 out. 2015.

Aceito para publicação em 14 jul. 2016.

ANEXO

Revista Veja. São Paulo: Abril, 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/230610/ouvir-argumentar-decidir-p-019.shtml>. Acesso em 03/07/2012.

Entrevista: José Serra**“Ouvir, argumentar, decidir”****O candidato do PSDB à Presidência da República diz que o loteamento de cargos no governo do PT turbinou a corrupção e dá sua receita de governabilidade sem clientelismo**

Eurípedes Alcântara e Fábio Portela

Nenhum outro político brasileiro tem no currículo uma vida pública como a de José Serra, 68 anos, candidato do PSDB à sucessão de Lula. Jovem, presidia a União Nacional dos Estudantes (UNE) quando veio o golpe de 64, que o levou ao exílio, expatriação que duraria até 1978. De volta ao Brasil com diploma de economia no bolso, foi secretário do Planejamento, deputado constituinte, senador, ministro do Planejamento e da Saúde, prefeito e governador. Sobre Dilma Rousseff, ele diz: “Hoje me choca ver gente que sofreu sob a ditadura no Brasil cortejando ditadores que querem a bomba atômica, que encarceram, torturam e matam adversários políticos, fraudam eleições, perseguem a imprensa livre, manipulam e intervêm no Legislativo e no Judiciário. Isso é incompatível com a crença na democracia e o respeito aos direitos humanos”.

O senhor já enfrentou todo tipo de adversário em eleições, mas, desta vez, a se fiar nas palavras do presidente Lula, vai concorrer com um “vazio na cédula”, preenchido com o nome de Dilma Rousseff. Afinal, quem é seu adversário nesta eleição?

Só tenho a certeza de que não vai ser Lula, cujo mandato termina no próximo dia 31 de dezembro. Adversários são todos os demais candidatos à Presidência da República. Por trás dos nomes na tela da urna eletrônica há a história, as propostas e a credibilidade de cada um. Minha obrigação é me apresentar aos brasileiros sem subestimar nem superestimar os demais. Deixemos que os eleitores julguem. É muito bom que os candidatos sejam diferentes entre si e também em relação aos presidentes que já deram sua contribuição ao Brasil. A beleza da vida está justamente em cada um ter seus próprios atributos.

Depois que os repórteres da sucursal de VEJA em Brasília desvendaram uma tentativa de aloprados do PT de, uma vez mais, montar uma central de bisbilhotagem de adversários, as operações foram desautorizadas pela cúpula da campanha. O senhor responsabiliza a candidata Dilma Rousseff diretamente pelas malfeitorias ali planejadas?

Só cabe lamentar e repudiar as tentativas de difusão de mentiras, de espionagem, às vezes usando dinheiro público, às vezes usando dinheiro de origem desconhecida, como em 2006. São ofensas graves e crimes que ferem até mesmo direitos básicos assegurados pela Constituição brasileira. Isso não é honesto com o eleitor. É coisa de gente que rejeita a democracia. A candidata disse que não aprova esse tipo de atitude, mas não a repudiou, não pediu desculpas públicas nem afastou

exemplarmente os responsáveis. Essa reação tímida e a tentativa de culpar as vítimas fazem dela, a meu ver, responsável pelos episódios.

Por que para a democracia brasileira é positivo experimentar uma alternância de poder depois de oito anos de governo Lula?

Querer se pendurar no passado é um erro, não de campanha, mas em relação ao país. Eleição diz respeito ao futuro. Por isso, a questão que se coloca agora aos eleitores é escolher o melhor candidato, aquele que tem mais condições de presidir o Brasil até 2014. Eu ofereço aos brasileiros a minha história de vida e as minhas realizações como político e administrador público. Ofereço as minhas ideias e propostas. Espero que os demais candidatos façam o mesmo, para que os brasileiros possam comparar.

Como o senhor conseguiu governar a cidade e o estado de São Paulo sem nunca ter tido uma única derrota importante nas casas legislativas e sem que se tenha ouvido falar que lançou mão de “mensalões” ou outras formas de coerção sobre vereadores e deputados estaduais?

Em primeiro lugar, é preciso ter princípios firmes, não substituir a ética permanente pela conveniência de momento. É vital ter e manifestar respeito à oposição, ao Judiciário, à imprensa e aos órgãos controladores. Exerci mandatos de deputado e senador durante onze anos. Todos os que conviveram comigo no Congresso sabem que minhas moedas de troca são o trabalho, a defesa de ideias e propostas, o empenho em persuadir os colegas de todos os partidos e regiões. O segredo está em três palavras: ouvir, argumentar, decidir. Há o mito de que emendas de deputado são sempre ruins. Não são. Na maioria das vezes, elas visam a resolver ou aliviar problemas reais que afligem as pessoas de sua região. Portanto, atender os deputados segundo critérios técnicos é atender seus eleitores. Outra coisa fundamentalmente diferente é distribuir verbas ou cargos em troca de votos. Isso eu nunca fiz e nunca farei.

O PT fez?

Fez. Cito como exemplo as agências que criei quando fui ministro da Saúde, a Anvisa e a ANS. Sabendo como eu atuo, nenhum parlamentar, nem mesmo os do meu partido, sequer me procurou em busca de alguma indicação. Eles sabiam que não teriam êxito. E qual é a situação agora? O atual governo loteou totalmente as agências entre partidos, fatiando-as entre grupos de parlamentares e facções de um mesmo partido. A mesma partilha se abateu sobre os Correios e sobre a maioria – se não todos – dos órgãos públicos. O loteamento foi liberado e se generalizou. Essa prática é uma praga que destrói a capacidade de gestão governamental e turbinou como nunca a corrupção. Mais ainda, a justificativa oferecida foi a de que se tratava de “um mal necessário” para garantir a governabilidade. Se eleito, vou acabar com isso à base de um tratamento de choque.

Por que criar um Ministério da Segurança Pública e como ele atuaria exatamente no combate ao crime, que, no atual regime federativo, é uma atribuição estadual?

A segurança é um problema em todos os estados. Portanto, é um problema nacional. O governo federal e o presidente, que é o chefe do governo, não podem mais fingir que o problema da segurança está equacionado. Não está. Segurança é um dos três grandes problemas do Brasil. Temos de enfrentá-lo. O Brasil não pode continuar a ter 50 000 homicídios por ano. É um número escandaloso. Apenas o crescimento econômico não arrefece os criminosos. O Nordeste é um exemplo disso. A região experimentou um crescimento expressivo, mas a população sofre com a explosão

da criminalidade. Só a Presidência da República reúne as condições para coordenar uma ação nacional da magnitude que o problema exige. Precisamos criar um SUS da segurança. O Ministério da Segurança será o símbolo e a ferramenta dessa prioridade. Com ele, estou dizendo o seguinte: brasileiros, vamos encarar o desafio para valer, vamos resolver essa situação. Esse será meu compromisso como presidente.

Falando em federação, como concertar com os governadores uma reforma tributária em que ninguém se sinta lesado ou pagando a conta?

É menos complicado do que parece, e nem é necessário mexer na Constituição. Para começar, é preciso aprovar uma lei que preveja que os impostos sejam explicitados nos preços das mercadorias. Isso aumentará a consciência das pessoas a respeito da carga tributária. Em São Paulo, fizemos uma lei para criar a Nota Fiscal Paulista, um instrumento de grande sucesso através do qual 30% do imposto estadual sobre o varejo é devolvido aos contribuintes, com crédito direto na conta bancária. Vamos criar a Nota Fiscal Brasileira, para devolver parte dos tributos federais. A reforma que farei vai aliviar a carga tributária incidente sobre os indivíduos, desonerar os investimentos, simplificar a formidavelmente complexa estrutura de tributos atuais. Além disso, restabeleceremos a neutralidade em relação à distribuição de recursos. É uma proposta coerente.

Segundo o folclore, o senhor seria seu próprio ministro da Fazenda, seu ministro do Planejamento, seu presidente do Banco Central e seu ministro da Saúde...

Nossa! É folclore mesmo. Quem trabalha ou trabalhou comigo sabe que não centralizo a administração, que dou grande autonomia às diferentes áreas. Fixo metas, objetivos, acompanho, cobro, mas nunca imponho nada exótico ou irrealista. E mais: tenho grande capacidade de ouvir.

Como seria a política econômica em um eventual governo Serra? Qual é o perfil ideal para o cargo de ministro da Fazenda?

A manutenção da estabilidade é inegociável. Isso significa manter a inflação baixa. Com a combinação dos regimes fiscal, monetário e cambial, caminharíamos sem rupturas para um ambiente macroeconômico cujo resultado inevitável seria a trajetória descendente dos juros. Uma taxa de juros menor é, aliás, condição para atrair mais investimentos privados destinados à infraestrutura, sem ter de dar os subsídios que hoje distorcem o processo. Quanto mais alta a taxa real de juros, maior é a taxa interna de retorno exigida pelos investidores privados em infraestrutura. Para compensar o juro alto, o governo é obrigado a dar subsídios.

E o perfil do seu ministro da Fazenda?

É preciso ganhar a eleição primeiro. Mas sempre cuidei de reunir à minha volta, na administração e no Congresso, pessoas preparadas, prudentes, com reconhecido espírito público. Escolho gente experiente, com senso prático e desapegada de doutrinas – ou que, pelo menos, prefere acertar abandonando suas convicções acadêmicas a errar por fidelidade a elas. No governo federal, será desse mesmo jeito. Precisarei ter comigo auxiliares que entendam que a política econômica é um processo político também. Na política, para fazer com que as coisas aconteçam, você tem de se equilibrar sobre o fio da navalha. É uma eterna balança entre paralisar-se por se aferrar a certas concepções ou abandoná-las de vez e se perder no caminho. Isso fica claro na negociação política. É menos evidente mas tão válido quanto na condução da política econômica.

Dê o exemplo de um economista que preencha os requisitos acima, a quem o senhor admire e com quem ainda não trabalhou.

Olhe lá! Não estou fazendo nenhuma nomeação antecipada. Mas teria muitos exemplos. Um deles? O Arminio Fraga, como perfil. Sabe economia, é pragmático, não doutrinário. Soube navegar em mar revolto e deu enorme contribuição à estabilidade econômica do país ao instituir o regime de metas de inflação.

Por que no Brasil, apesar do enorme destaque atual no cenário da economia mundial, a discussão de política econômica é sempre revestida de ansiedade, como se vivêssemos em um estado permanente de emergência?

O instantâneo da economia brasileira é realmente bastante satisfatório. Não diria o mesmo sobre o filme. Ou seja, se não forem corrigidas a tempo, as distorções atuais podem se desenvolver de maneira desfavorável. Essa é uma questão complexa que, infelizmente, talvez não possa ser tratada da maneira que merece em um clima de campanha, muito menos no escopo de uma entrevista. Mas, a título de fazer refletir, sugiro que se comece por responder a certas questões. A saber, por que razão o Brasil tem a maior taxa real de juros do mundo, a maior carga tributária do mundo em desenvolvimento e é lanterninha nas taxas de investimento governamental do planeta? Por que o suado dinheiro dos contribuintes brasileiros não está sendo bem aplicado em investimentos na infraestrutura econômica e social que garantam o crescimento sustentado da economia? É evidente que há um problema com esse modelo. É essa a discussão que precisa ser feita no Brasil.

O que o senhor faria para consertar esse modelo?

Tenho experiência para equacionar as principais questões, a partir do primeiro dia de trabalho, caso eleito. Não existe uma bala mágica, um golpe que bem aplicado resolva todos os problemas. Isso exige um leque de ações coordenadas e bem planejadas, muitas das quais citei aqui e tenho exposto em fóruns e seminários. Minhas passagens pelo Executivo federal, estadual e municipal me permitem afirmar que, para começar, na saúde, mesmo sem gastar muito mais do que é gasto hoje, seria possível fazer uma revolução com resultados positivos a curto prazo. Na educação, logo no início do governo, trabalharia para atingir a meta de abrir 1 milhão de novas vagas em escolas técnicas de nível médio em todo o país, com cursos de duração variada e vinculados à vocação econômica de cada região e localidade. O Brasil tem pressa e precisa aproveitar o ciclo da economia mundial altamente favorável aos países emergentes. Temos de aproveitar o empuxo desse ciclo e emergir dele com uma economia moderna, exportadora de produtos de alto valor agregado, produzidos aqui por uma mão de obra sadia, preparada e consciente de que para ela o futuro chegou.

Fonte: <http://veja.abril.com.br/230610/ouvir-argumentar-decidir-p-019.shtml>. Acesso em 03/07/2012.